



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**  
**CAMPREV – CONSELHO FISCAL**

**Autarquia Municipal – Lei Complementar nº 10/04 CNPJ – 06.916.689/0001-85**

## **ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO CAMPREV 17/12/2019**

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro de 2019, na sala de reuniões do Conselho Fiscal – à rua Regente Feijó, 1251, 8º andar– Centro – Campinas-SP, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal, eleitos e indicados para o triênio fev-2017 a jan-2020, Alexandre Augusto Ceccon, Débora Teixeira Chaves Silva, José Galdino Pereira e Rita de Cássia M Ramos da Silva. A iniciar às 09:00 h, com o quórum mínimo de três conselheiros conforme LC 10/2004 e seu Regimento Interno Seção II, art. 4º. Pauta única: Esclarecimento pela Presidência Sobre os SEI's (processos administrativos) encaminhados pelo Conselho Fiscal. Iniciou a reunião com a presença dos conselheiros, foi informado que a conselheira Robêni justificou sua ausência por motivo de viagem e a presença do Sr. Diretor Presidente Marionaldo, o secretário da presidência Gerson e o assessor Paulo. O Sr. Alexandre agradeceu a presença de todos, apontou que os processos não vem sendo respondidos com agilidade e até mesmo não são respondidos no prazo, dando as devolutivas ao Conselho Fiscal e lembrou que na reunião que ocorreu em junho com o Diretor Presidente foi solicitado que as demandas fossem passadas por ele, pois ele só ficava sabendo posteriormente e afirmou que a partir dessa data todos os requerimentos foram encaminhados ao Diretor Presidente, mas mesmo assim muitos não foram respondidos no prazo, e que, a partir dessa dificuldade de ter o retorno, foi encaminhado um SEI para o Sr. Prefeito solicitando respostas dos SEI's não respondidos das demandas do Conselho Fiscal. Outra demanda é a solicitação dos contratos via SEI que foi solicitado para fiscalização e que o Diretor Presidente respondeu para que procurássemos os gestores dos contratos e foi essa resposta que nos motivou a convocação para prestar os esclarecimentos sobre essas demandas e qual a dificuldade de encaminhar via SEI o processos eletrônicos dos contratos?. Nós não temos acesso aos processos, pois todos estão restritos. O sr. Paulo falou que são restritos para proteger as informações pessoais e conforme a Lei da transparência o que é necessário está na área de transparência no site do CAMPREV. O conselheiro Alexandre argumentou que não se trata do acesso do



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**  
**CAMPREV – CONSELHO FISCAL**

**Autarquia Municipal – Lei Complementar nº 10/04 CNPJ – 06.916.689/0001-85**

contrato simplesmente se trata do acompanhamento do processo de licitação. A conselheira Débora lembrou do processo de licitação para o recadastramento que quando tivemos acesso ao edital verificamos que estavam contidas demandas e prazos já realizados e passados da data da licitação e nossa demanda pode prever uma despesa de recursos desnecessária pelas empresas que poderiam recorrer devido os dados não estarem conforme com os prazos e serviços a serem executados. O sr. secretário Gerson, argumentou que o Conselho Fiscal tem todo o direito e prerrogativa para a fiscalização do processos, mas que se atuar antes do processo finalizado pode incorrer como gestor e que não é o papel do conselho. O conselheiro Alexandre, argumentou que o conselho nunca teve a pretensão de atuar como gestor, mas sim cumprir com as prerrogativas legais de suas atividades, fiscalizar os processos licitatórios para verificar se foram cumpridas todas as etapas legais de licitação e ter acesso ao processo de pagamento. O secretário Gerson argumentam que tudo bem fazer a fiscalização, mas é necessário aguardar que os gestores façam seus serviços, que não tenha interferência durante os atos dos processos. Se houver erro o gestor é que irá responder com seu CPF e sofrer suas penalidades. O Sr. Diretor Presidente explicou que o atraso do retorno de resposta foi gerado porque quando era encaminhada às áreas de interesse, não conseguia fazer esse encaminhamento (o sistema não aceitava) porque havia prazo de retorno. Então solicitou que colocássemos o prazo de retorno no texto da demanda e não no sistema. Foi abordado também como exemplo o encontro de contas dos repasses divergentes nos balancetes em que existe o controle na tesouraria mas na contabilidade não aparece. O sr. Marionaldo colocou que esse desconto acontece porque são os entes que pagam os afastamentos e licenças médicas dos beneficiários, esse encontro de contas será sanado no próximo ano porque a reforma da previdência estabelece que a responsabilidade dessas despesas é dos entes: o dos problema reside na data do afastamento e a data do fechamento da folha. Solicitamos informação dos valores utilizados nos anos 2016 e 2017 do Fundo Previdenciário que foram utilizados para saldar a folha de pagamento dos aposentados do Fundo Financeiro. Houve o reconhecimento de débito e o acordo de pagamentos. Pois já procuramos e não localizamos esse acordo. O sr. Paulo informou que já houve o acordo e que vem sendo cumprido pelo ente e o valor atualizado chegou à casa dos duzentos e cinquenta e sete milhões.





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**  
**CAMPREV – CONSELHO FISCAL**

**Autarquia Municipal – Lei Complementar nº 10/04 CNPJ – 06.916.689/0001-85**

Com relação aos processos dos contratos o Sr. diretor presidente encaminhará as diretorias para que os SEI's dos contratos sejam encaminhados ao Conselho Fiscal. Fizemos um levantamento das utilização dos adiantamentos, principalmente para as viagens em serviços, e nesse diagnóstico verificou-se uma discrepância com as despesas com refeição; para que essas discrepâncias não sejam tão grandes ou que tenham um teto, pois teve refeição que superou a casa dos duzentos reais, seja estabelecido um teto. Para finalizar, ficou estabelecido, e de acordo com o Diretor Presidente, que todos os processos de licitação após a publicação dos editais sejam liberados ao Conselho Fiscal para acompanhamentos e fiscalização da execução pelos gestores. Nada mais sendo tratado o Presidente deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos. Foi lavrada a presente ata, assinada por mim Débora Teixeira Chaves Silva (\_\_\_\_\_), que a secretariei, a qual foi aprovada e assinada pelos presentes.

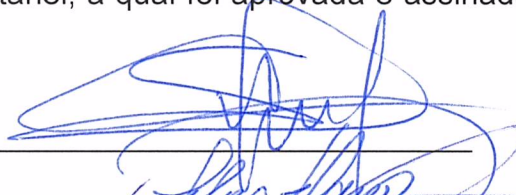
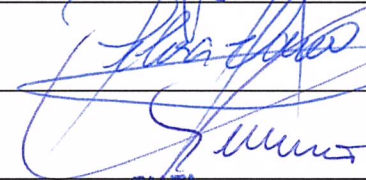
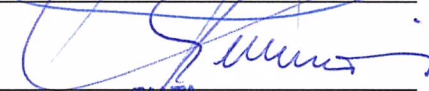
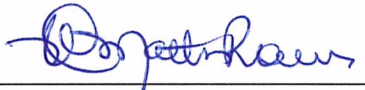
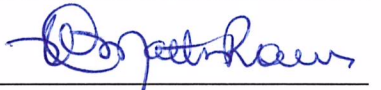
Alexandre Augusto Ceccon

Débora Teixeira Chaves

José Galdino Pereira

Robêni Baptista da Costa

Rita de Cássia M. Ramos da Silva

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
FALTA  
JUSTIFICADA  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_